

EDITORIAL

O presente número da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (RBEUR) é formado por oito artigos, selecionados entre aqueles que foram submetidos espontaneamente à revista por fluxo contínuo, isto é, fora da indução realizada por meio de chamadas orientadas a temas específicos, os dossiês temáticos. Eles enfocam tópicos diversos, como conflitos em torno de identidade socioespacial, a questão de gênero e a noção de modernidade em uma frente pioneira em meados do século XX. Metade dos textos traz reflexões sobre a resistente permanência, na segunda década do século XXI, do conflito em torno do direito à cidade e da questão da terra entre os temas de interesse da área de Planejamento Urbano e Regional.

Embora revestidos de novas abordagens, entre as quais ganham destaque as de perspectiva cultural, o debate sobre tal conflito vem permeando parte expressiva dos manuscritos que são enviados para a avaliação por pares na Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Eles são testemunhos dos enormes desafios que teimam em contrariar as esperanças e promessas de justiça social nas cidades e no campo, em que pesem os avanços impulsionados pela pesquisa acadêmica, pelo arcabouço legal e pela mobilização da sociedade organizada. Desafios que no momento incluem riscos concretos de retrocesso, em paralelo às ameaças que se avizinham ao Estado democrático de direito no país. Entretanto, não custa lembrar, a problemática da moradia e da terra na cidade e no campo transcende os limites e especificidades da sociedade brasileira, podendo aparecer e intensificar-se nos mais diferentes cantos do planeta, à medida que se aprofundam as desigualdades de renda observadas pelo economista francês Thomas Piketty, inclusive em países conhecidos como desenvolvidos. Perspectivas recentes sobre a relação entre desigualdades de renda e desigualdades socioespaciais no mundo contemporâneo, em especial nos emergentes BRICS, podem certamente suscitar um bom debate em números futuros da RBEUR. Neste número, procuramos dar início a essa ideia com contribuições no idioma inglês que podem alcançar leitores estrangeiros interessados na forma que o fenômeno vem apresentando no Brasil.

Este número oferece, assim, um extrato do que a comunidade científica brasileira no campo do Planejamento Urbano e Regional e áreas afins está produzindo. Os artigos permitiram a configuração de um número cuja qualidade, acreditamos, reúne condições para estimular o debate acadêmico na área e para dialogar com artigos que venham a ser publicados em edições posteriores. O número é aberto pelo fascinante artigo de **André Dumans Guedes**, “Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social”. Nele os leitores encontrarão uma interpretação singular de tais lutas, cuja inspiração combina vertentes de procedência antropológica e historiográfica para problematizar o já tão debatido conceito de território. Sugerindo a ideia de território como “forma” e “projeto político”, Guedes chama a atenção para um “certo paternalismo” presente em inúmeras análises que supõem uma idealização da situação anterior à desterritorialização, além de sustentar que “luta por terra” deve ser diferenciada de “luta por território”. O aspecto central desta última é sua articulação a referências de ordem cultural e de identidade de um dado grupo social, contrapondo-se às lutas por terra, expressas emblematicamente no ideário da reforma agrária. O autor adverte, porém, que o território não constitui uma experiência de comunidades e povos tradicionais enraizados e “sossegados” diante da ameaça da desterritorialização pela “modernidade” – ele é, antes, um ponto de partida para a mobilização em defesa de identidades que nele se materializam, afirmam-se e transformam-se ao longo da luta.

Embora numa perspectiva bem diversa, isto é, urbana, a relação entre produção de espaço e identidade de grupos sociais tem certa continuidade no texto seguinte. Com título instigante, “Entre manezinhos e *haules*: velhos e novos conflitos na identidade socioespacial florianopolitana”, o artigo de **Marina Toneli Siqueira** dialoga com o anterior ao destacar a mobilização social em torno de reivindicações espaciais a partir de identidades sociais. Para a autora, a questão cultural mostra-se como um fator decisivo na produção do espaço na cidade, notadamente em um contexto de globalização da economia e de competição interurbana, apropriadora de traços culturais locais. A autora, após discutir, teórica e conceitualmente, a cultura contemporânea e a formação de identidades urbanas no referido contexto, recupera a formação da identidade cultural de Florianópolis, chamando a atenção para os manezinhos (descendentes dos pioneiros colonizadores da ilha, os açorianos) e dos *haules* (turistas e imigrantes de outras cidades catarinenses, de outros estados brasileiros e/ou de outros países). Siqueira identifica as sociabilidades emergentes e insurgentes entre esses grupos, o que lhe permite concluir que as identidades culturais e, em extensão, a cidadania não são completas, coesas e fixas. Trata-se de construções sociais em contínuo processo de transformação e resultantes de práticas espacial e temporalmente localizadas. Assumindo uma visão pluralista da cidade, a autora assinala a importância de o planejamento urbano fundamentar-se nas diversas narrativas dos habitantes locais e, assim, transformar-se em um ato de cidadania.

Em “Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban”, de **Luciana Fukimoto Itikawa**, os leitores da RBEUR são confrontados com uma perspectiva atual acerca da relação entre trabalho informal, discriminação e subordinação, a qual amplia o horizonte de observação ao focar três grandes metrópoles da periferia do capitalismo contemporâneo a partir do ponto de vista daquilo que a autora chama de “transversalidade da exclusão”. Inferindo que a apropriação global de mercados e fontes de matérias-primas é acompanhada não só pela permanência, mas também pela sofisticação dos mecanismos excludentes em países periféricos, a autora registra, com ênfase: “o binômio terra-trabalho continua sendo uma das senhas para a remoção forçada” aqui e alhures, constituindo-se em um dos fatores subjacentes da inserção subordinada e seletiva desses países na globalização. A partir de entrevistas em profundidade com trabalhadoras informais das três grandes cidades estudadas, Itikawa identifica semelhanças entre elas que lhe permitem reconhecer que centro e periferia são faces de uma mesma totalidade: o funcionamento do mecanismo de exclusão que inflige o barateamento da força de trabalho não assegura acesso a salário nem a direitos sociais, obstando o acesso à terra e à moradia e configurando a acumulação por despossessão (HARVEY, 2005). Em contrapartida, as diferenças entre as cidades, argumenta Itikawa, explicam-se por força de elementos adicionais de discriminação de gênero, raça e etnia que reforçariam a exclusão, sendo a experiência de sobre-exploração das mulheres compreendida como emblemática, já que sobre estas que recaem, simultaneamente, o trabalho produtivo desprotegido e o trabalho reprodutivo não remunerado.

Na sequência, o presente número da RBEUR contribui para uma reflexão atualizada da questão do acesso à moradia nas grandes cidades brasileiras com a publicação de três artigos. O primeiro deles, de autoria de **Felipe Anitelli** e **Marcelo Tramontano**, centra a análise no processo de ocupação de edifícios de apartamentos abandonados no centro da capital paulista. O objetivo do artigo “Abandonados por uns, ocupados por outros: edifícios de apartamentos no centro paulistano” é investigar, sob o crivo da noção de função social da propriedade urbana – constitucionalmente estabelecida e operacionalmente viabilizada por meio dos instrumentos de coibição da especulação imobiliária (Estatuto da Cidade) –, como as demandas e ações de movimentos populares (transgressores e controversos) por moradia nesse centro urbano ganham relevância e presença no embate político. Além de se fundamentarem em um arcabouço teórico atualizado, os autores utilizam reportagens veiculadas em jornais e em documentários disponíveis em *websites*, cujo objeto de estudo é o Edifício São Manuel (Ocupação Marconi). Eles concluem que as reivindicações dos movimentos populares, a forma como é autogerido o espaço

coletivo dos edifícios ocupados e o compartilhamento do cotidiano dos moradores vão de encontro às políticas públicas habitacionais tradicionalmente adotadas. Mais ainda, eles inferem que o ativismo político de muitos dos integrantes desses movimentos “altera os termos em que são entendidos a produção e o consumo de moradias, ao menos em áreas centrais metropolitanas”.

Prosseguindo com o tema do acesso à moradia, o leitor encontra o artigo de **Patrícia Maria de Jesus**, “The inclusion and access of social housing movements to *Minha Casa Minha Vida*: the emergence of the *Entidades* modality”. A opção de publicá-lo numa versão em inglês, assim como o artigo apresentado na sequência, é de responsabilidade da Comissão Editorial da RBEUR, com o consentimento dos autores, cujo intuito é facilitar o acesso ao debate internacional da área a trabalhos de autores brasileiros e atrair a atenção estrangeira às contribuições empíricas e conceituais de uma temática atraente ao leitor estrangeiro, no caso, a questão da participação popular em programas e instituições da política habitacional brasileira. O artigo de Patrícia Maria de Jesus aborda a aparente inconsistência da relação entre uma política habitacional concebida em sintonia com a lógica da financeirização da economia, por iniciativa dos governos petistas em reação à crise financeira mundial de 2009, e a introdução nela de uma modalidade orientada para entidades sem fins lucrativos. Segundo a autora, essa aparente inconsistência motivou a investigação do contexto em que se deu a emergência da política e do desenho institucional no qual ela foi originalmente configurada e que orientou sua operacionalização. Ela conclui que o programa Entidades é posterior à formulação do Minha Casa Minha Vida, sendo resultado de reações das organizações da luta por moradia ao modelo original a que haviam sido tardiamente apresentadas. A partir disso, Patrícia Maria de Jesus conduz o leitor ao longo de uma leitura do processo de negociação entre o governo e o movimento que culmina em um detalhado exame das principais características do desenho e da operacionalização do programa, assim como dos ajustes do seu marco regulatório em função de tal processo. Adicionando elementos de casos específicos de implementação do programa na cidade de São Paulo, em que examina aspectos como o papel das assessorias técnicas, a relação entre diferentes esferas de governo no processo de aprovação dos projetos e a prevalência do custo da terra sobre a localização periférica, a autora identifica tanto experiências negativas quanto “virtuosas”. Para ela, estas últimas “não podem ser tratadas como exceção”, e, ademais, elas são vistas como algo que constitui um meio de aprendizado para os movimentos sociais de moradia em torno da disputa objetiva pela apropriação e adequação da política pública a seus interesses, a partir do qual reconfiguram a complexa relação deles com os representantes da máquina estatal.

O debate sobre o acesso à moradia se encerra com o artigo “Participatory institutions and the housing issue: an exploratory study into the types of debate surrounding participation, resolution and funding”, de **Walkiria Zambrzycki Dutra** e **Leonardo Barros Soares**. Mediante uma investigação exploratória e comparativa entre dois contextos específicos – 2009-2010 e 2013-2014 –, os autores analisam as atas e resoluções emitidas pelos conselhos integrantes do Plano Nacional de Habitação (PlanHab): o Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CCFGTS), o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (CGFNHIS) e o Conselho das Cidades (ConCidades). Em diálogo com o artigo de Patrícia Maria de Jesus, que também aborda a questão da participação popular na política habitacional no Brasil, o esforço de análise dessa contribuição é averiguar em que medida a organização dos atores envolvidos em uma política pública influencia as instituições participativas das quais eles fazem parte. Apoiados na categoria “discursos politicamente relevantes sobre o financiamento habitacional”, eles examinam as resoluções emanadas pelos dois primeiros conselhos supracitados entre 2009-2010 e 2013-2014 e as atas das reuniões do último colegiado, referentes aos anos de 2009 e 2013. Adotando esses procedimentos investigativos, os autores mostram a relevância que cada uma dessas instituições apresenta em relação ao tema do financiamento habitacional. Em linhas gerais, eles chegam à conclusão de que o CCFGTS é o principal colegiado relacionado a esse tema, o ConCidades é o fórum mais amplo da política urbana e o CGFNHIS está esvaziado politicamente.

Observamos que o referido artigo, como os dois anteriores, oferece ao leitor a percepção dos movimentos por moradia como um processo que se constitui na experiência ou, como preferiria Paulo Freire, na práxis, o que os obriga a estar em uma constante revisão de rotas e mesmo de renovação de identidades a partir do confronto com interesses antagônicos no espaço público. Num determinado momento, a luta foi por participação nas decisões governamentais. Uma vez conquistada pela mobilização, acolhida pelo Estado “progressista” e celebrada como avanço, a participação nos conselhos ou nas reuniões nos gabinetes do aparelho de Estado não é traduzida automaticamente em uma efetiva influência na formulação e operacionalização da política pública, como manifestam os autores dos três artigos desse bloco, cada um, é claro, a partir de sua perspectiva. Entretanto, a experiência da participação, no contexto temporal dos últimos 10 ou 15 anos, repõe em um novo patamar os desafios enfrentados pelo movimento organizado diante das contradições entre a “lógica de mercado” e a “lógica social” – patamar que afeta a própria relação entre público-privado ou Estado-sociedade.

Por meio desses artigos, entendemos que a RBEUR oferece a seus leitores – planejadores, estudiosos e militantes – exemplos objetivos, e oportunos, para enriquecer a aprendizagem acerca da construção de instituições e direitos direcionados ao acesso à moradia na jovem democracia brasileira, cuja continuidade enfrenta, atualmente, ameaças concretas de retrocesso que não foram antecipadas nem pelos movimentos sociais, nem pela academia. Compreendendo o processo de *impeachment* da Presidente da República como uma expressão das disputas em torno de um projeto de país mais ou menos desigual e soberano, ele provocará, qualquer que seja seu desfecho, a emergência de um novo cenário político-institucional, que empurrará os movimentos por moradia a um novo patamar em sua dura trajetória de aprendizagem como sujeito político, resultado do confronto de interesses antagônicos e assimétricos na esfera pública construída no contexto da Constituição de 1988. O novo patamar em que agora adentramos certamente terá entre suas características a disputa em torno da preservação ou diluição da esfera pública, fenômeno a ser observado com cuidado pela comunidade científica, não só por força de sua intrínseca curiosidade intelectual, mas também como um recurso de reflexão mobilizado para contribuir à realização do direito à cidade.

Dois artigos que remetem ao urbanismo e à reestruturação espacial, nos quais a escala regional ganha relevância, fecham este número. O texto “Modernização e modernidade em Maringá 1947-1967: episódios de arquitetura e cidade em uma frente pioneira”, de **Ana Carolina Pussi de Brito** e **André Augusto de Almeida Alves**, ao abordar a discussão acerca da modernidade em meados do século XX em uma cidade de “fronteira pioneira” na região Sul do país, situa-se no conjunto de contribuições da relevante historiografia do urbanismo brasileiro. Nele os autores retomam a polêmica do pensamento social brasileiro e latino-americano ao redor da tese das “ideias fora do lugar” – defendida e propalada por Roberto Schwarz (1973) e rebatida, notadamente, por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976) – no âmbito da crítica às teses dualistas do subdesenvolvimento brasileiro. A retomada desse debate fornece aos autores elementos analíticos para investigar o processo de colonização e modernização capitaneado pela Companhia de Terras Norte do Paraná/Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CTNP/CMNP), em Maringá. Eles elaboram uma revisão analítica da historiografia sobre o empreendimento colonizador, a rede de transportes, a urbanização e o traçado da cidade de Maringá e sobre alguns de seus edifícios. Realizam, também, uma leitura do plano urbanístico de Jorge de Macedo Vieira e dos projetos de José Augusto Bellucci para a CMNP. Dessa forma, Brito e Alves aproximam arquitetura, cidade e processo social no contexto de uma frente pioneira, o que lhes permite apreender a complexidade das questões que estavam em jogo no processo colonizador. A averiguação das dinâmicas referidas – a partir do debate e da circulação de ideias – contribui, sem dúvida, para a constituição de uma nova perspectiva no campo das investigações sobre processos de urbanização e construção do território e das cidades brasileiras.

O tema da dinâmica de reestruturação espacial, que encerra a seção de artigos do presente número,

é abordado no artigo “Novas lógicas espaciais do setor de transporte aéreo regional no estado de São Paulo”, de **Ana Paula Camilo Pereira**. O trabalho inscreve-se em uma problemática clássica nos estudos regionais, a saber, o papel dos transportes na configuração do espaço, na rede de cidades ou na hierarquia urbana, procurando verificar a ocorrência de descontinuidades espaciais que caracterizariam, para alguns estudiosos, a atual integração globalizada da produção de riqueza e do consumo. Nessa perspectiva, entre os modais de transporte existentes, o setor aéreo regional oferece evidências representativas à investigação, justificando a escolha feita por Camilo Pereira, ao mesmo tempo que atualiza a problemática ao introduzir elementos dos estágios mais recentes do processo de reestruturação espacial no estado de São Paulo. Como argumento central, a autora defende que ocorre uma intensificação da correlação entre o setor aéreo e o reordenamento territorial paulista, marcado pela complementaridade espacial entre a capital e sua região metropolitana e algumas cidades do interior. Segundo ela, “novas lógicas espaciais são definidas em função do novo papel desempenhado pelas cidades do interior paulista e por seus aeroportos”. Essa percepção determina o objetivo do texto: examinar o papel do transporte aéreo regional face às novas dinâmicas territoriais associadas ao processo de interiorização de atividades industriais e de serviços, “mediante uma dinâmica regional que ampliou a escala de conexão do interior paulista com sua capital e vice-versa”. No contexto das recentes mudanças tecnológicas e operacionais observadas no setor, a autora apresenta registros detalhados da expansão do setor no estado, destacando os principais aeroportos, os fluxos e o crescimento da malha aérea na última década. Isso lhe permite refletir sobre a hierarquia urbana que resulta do mencionado processo recente de reestruturação da economia estadual. Acompanhando evidências da literatura especializada, Pereira observa que a transferência de atividades para o interior estimulou o crescimento de dinâmicas econômicas polarizadas em algumas cidades do interior, fato que promoveu a expansão de seus aeroportos e a conectividade entre elas e a capital, de um lado, e entre elas e outros pontos do território nacional, de outro lado. Entretanto, defende a autora, essa recente importância do interior não desafia a posição de cabeça de rede da cidade de São Paulo na hierarquia urbana estadual (nem na hierarquia nacional). Ao contrário, como ainda expressa sua posição de “nó estratégico” da malha aérea regional e nacional, o dinamismo daquelas concorre para o fortalecimento da liderança desta na hierarquia urbana e econômica. Resta ao leitor indagar se a ampliação da conexão com outros centros urbanos de primeira ordem experimentada atualmente por algumas cidades do interior paulista tem potencialidade de alterar a polarização da capital no território paulista.

Este número da RBEUR se completa com a resenha de **Beatriz Silveira Castro Filgueiras** sobre o livro *Sinais de fumaça na cidade: uma sociologia da clandestinidade na luta contra a ditadura no Brasil*, de Henri Acselrad. Essa obra, como demonstra Filgueiras, contribui para a compreensão da experiência da militância clandestina e sua inserção no espaço urbano durante a ditadura militar, vigente no país entre 1964 e 1985. Em um momento de intensas ameaças à democracia brasileira, a publicação desta resenha é não só oportuna como também necessária. Nas palavras de Filgueiras, “[...] além de ser uma valiosa contribuição para o registro e compreensão daquele período histórico [...], constitui uma poderosa ferramenta de questionamento do presente e do que, caso não haja um tratamento cuidadoso da história, pode ainda estar por vir.”

Foi exatamente nesse momento de intensas ameaças à democracia – mais precisamente no dia 18 de abril passado, quando ainda ecoavam nos nossos ouvidos os pronunciamentos estapafúrdios de deputados federais a respeito da admissão do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff – que o sociólogo Brasilmar Ferreira Nunes nos deixou, despediu-se desta vida. Defensor incansável da democracia, foi poupado de vivenciar o atual golpe parlamentar. Diante dessa perda, este número da RBEUR homenageia esse “anpuriano de coração”, que refletiu, com brilhantismo, sobre os problemas sociais do nosso país, deixando-nos uma profunda saudade.

Acreditamos que o conjunto de textos e reflexões aqui apresentados levanta elementos novos nas respectivas temáticas abordadas, podendo inspirar questionamentos e reformulações das ideias lançadas e,

desse modo, dar continuidade, nos números subsequentes, ao debate aqui iniciado. A escolha da figura que compõe a capa deste número considerou esse ponto: a ciência, como a história, não tem fim; seus avanços resultam de uma construção social que, como um pêndulo, se move tortuosamente, muitas vezes em solos instáveis. A Comissão Editorial espera, assim, que a RBEUR continue despertando futuras e instigantes submissões de manuscritos.

Boa leitura!

Ana Cristina Fernandes
Editora Responsável da RBEUR

Norma Lacerda
Editora Assistente da RBEUR

Tiago Carginin
Secretário Executivo da RBEUR